

POLÍTICA ECONÔMICA

Economistas prevêem pacote ou demissão

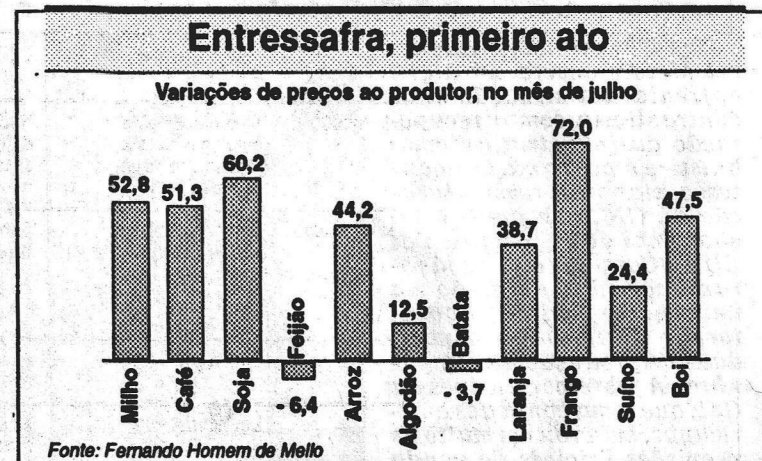
Inflação em alta, inquietação nos mercados e falta de apoio parlamentar dificultam a travessia até a reforma constitucional

ROLF KUNTZ

Acabou a trégua. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, começa a enfrentar jogo duro em todas as frentes. Todas as projeções apontam inflação próxima de 33% em agosto e acima de 34% em setembro. O presidente da República volta a reclamar dos juros e a dar palpite na política econômica. Os preços da comida dispararam, puxados pela entressafra, pela provável quebra da produção americana e pela inquietação dos empresários. Passada a fase de almoços e homenagens, o empresariado começa a especular sobre choque ou demissão antes do início da revisão constitucional, em outubro. Enquanto isso, a base parlamentar fraqueja e nem a política salarial proposta pelo Executivo está garantida.

A comida ficou 31% mais cara para as famílias paulistanas, em julho, segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP. Mas os preços pagos aos produtores ainda estão correndo soltos. Na última semana do mês passado, as cotações de 11 dos mais importantes produtos — entre eles milho, soja, carnes e feijão — eram 44,5% mais altas do que no final de junho. A soja acumulava um aumento de 60,2%, o arroz, de 44,2%, e o frango, de 72%, segundo os dados atualizados semanalmente pelo economista Fernando Homem de Mello, da USP (ver gráficos).

No susto — Esses aumentos não têm relação com escassez. Há muito produto para ser comercializado, confirma o atacadista Antônio Favano Neto, de São Paulo. Há explicações técnicas para a alta — a inundação de áreas agrícolas nos Estados Unidos, o acordo latino-americano de retenção de café e o custo da estocagem de grãos, no Brasil —, mas isso é um pedaço da história. A insegurança em relação à política



do governo e a expectativa de inflação em alta estimulam a retenção de estoques, diz Fernando Homem de Mello. "Hoje, no Centro-Sul, a decisão de vender ou de estocar é como uma decisão de aplicar ou não no mercado financeiro", argumenta. Guilherme Dias, também da USP, dá uma opinião semelhante: "O movimento dos preços está refletindo também a desagregação da estratégia econômica". Em sua avaliação, a equipe do Ministério da Fazenda está sem meios para conter os preços.

Em público, os empresários dão um voto de confiança ao ministro. Em suas empresas, mandam refazer as listas de preços. Remédios e produtos farmacêuticos, por exemplo, ficaram 39,85% mais caros em julho, nas farmácias, de acordo com a Fipe.

Se a atual política não segurar a inflação, perguntam economistas e empresários, até quando será mantida? Oficialmente, o governo se propõe a empurrar os problemas, até haver condições de uma reforma fiscal e tributária. Até lá, tentará cortar gastos, combater a sonegação e enfrentar as dificuldades com "medidas tóxicas" — a expressão é do ministro da Fazenda.

O consultor Gil Pace, do Rio de Janeiro, também diz que a atual equipe não adotará ne-

nhum choque. Mas deixará o governo, acrescenta Pace, provavelmente até o final de setembro, com a inflação na altura de 34,5% ao mês. Outros consultores não escrevem isso, mas discutem a hipótese em reuniões fechadas com executivos e técnicos. Isso é confirmado por participantes desses encontros.

Pacote — Outros técnicos dão como mais provável, até outubro, algum tipo de pacote não ortodoxo. Medidas "pontuais", comenta o presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, Carlos Alberto Luque, serviriam apenas para frear um pouco o aumento da inflação. O governo poderia, por exemplo, conter a desvalorização cambial ou o reajuste das tarifas públicas (medida anunciada na quinta-feira pelo secretário de Política Econômica, Winston Fritsch). Mas o espaço de manobra é muito pequeno, com a inflação acima de 30% ao mês. Como os congelamentos perderam eficácia e é muito difícil administrar as prefixações, diz Luque, a saída pode ser a famosa âncora cambial. Isso envolveria congelar o câmbio e criar algum controle de preços e de salários.

Com o governo enfraquecido pela inflação acelerada, a equipe econômica pode ver-se

**Luque**

Âncora cambial é mais fácil que prefixação

forçada a adotar um plano de emergência, único meio de recobrar a credibilidade, avalia o professor Geraldo Gardinali, coordenador do Centro de Economia de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, e ex-secretário da Fazenda Nacional. Como há bom volume de reservas, a dolarização seria viável, por algum tempo, mas acabaria prejudicando as exportações (com o cruzeiro sobrevalorizado, os produtos brasileiros ficariam muito caros no Exterior, como aconteceu com os argentinos). Mas o mais fácil, segundo Gardinali, seria um plano como o do ex-ministro Bresser Pereira, com regras para preços e salários.

O professor Luciano Coutinho, da Unicamp, discute duas possibilidades, num texto publicado no boletim do Instituto de Economia do Setor Público (Iesp), do governo paulista. A primeira é um congelamento pactuado e seguido de uma série de tabelamentos. A segunda, aparentemente mais simples, é a dolarização. Nos dois casos, porém, acrescenta o economista, seria indispensável um suporte político. Para quê? Para realizar aquelas mesmas reformas, no campo fiscal, para as quais o apoio é incerto neste momento.

■ Colaborou Angelo Pavini